

Prazo terminou e emendas à Constituinte são quinze

BRASÍLIA — A Comissão Mista que examina a proposta do Governo convocando a Constituinte recebeu ontem mais 12 emendas. Com estas, chega a 15 o número de emendas apresentadas por parlamentares de diferentes partidos, que tratam de questões como a data de instalação da Assembléia, as candidaturas avulsas, a Constituinte exclusiva e o quórum para a votação do projeto constitucional.

O prazo para a apresentação das emendas encerrou-se ontem. Seis das encaminhadas alteram profundamente o texto do Governo, e por isso foram qualificadas de substitutivos. Na próxima terça-feira, a Comissão Mista se reunirá para proceder à leitura das propostas e discutir o cronograma dos trabalhos.

Entre as teses mais defendidas pelos parlamentares que propõem mudanças na emenda do Governo está a da Constituinte exclusiva. Os eleitos se reuniriam, assim, apenas para elaborar a Constituição, e a Assembléia seria dissolvida logo após a promulgação do novo texto.

São partidários dessa tese os Deputados Néelson Marchezan (PDS-RS), Domingos Leonelli (PMDB-BA), Floriceno Paixão (PDT-RS) e Djalma Bom (PT-SP), e o Senador Itamar Franco (PMDB-MG).

As candidaturas avulsas são sugeridas pelos deputados Manuel Costa Júnior (PMDB-MG), Floriceno Paixão (PDT-RS) e Vítor Faccioni (PDS-RS). A idéia, reivindicada pela sociedade civil e rejeitada pelo Conselho Político, é tratada de forma diferente pelos três parlamentares.

Manuel Costa prevê a eleição de constituintes após indicação prévia da candidatura feita pelo eleitorado. Os Estados menos populosos teriam um representante extrapartidário, e o mais populoso — São Paulo — 20, enquanto Minas Gerais e Rio de Janeiro elegeriam, cada um, quinze.

Floriceno Paixão quer candidatos institucionais, escolhidos em assembleias-gerais de associações civis e sindicais, ou coligações destas, que possuam isoladamente ou em seu conjunto mais de 5 mil associados. Já Faccioni pretende a eleição de candidatos avulsos registrados pelas classes patronal e trabalhadora, pelos profissionais liberais e por associações civis não identificadas com qualquer destas classes ou entidades.

Outra matéria objeto de várias emendas é a relativa às datas da eleição e instalação da Constituinte. Djalma Bom quer eleições em 1º de março de 1986, e instalação em 21 de abril do mesmo ano. Marchezan fixa a eleição em 1º de junho de 1986, e instalação em 6 de julho, e Pedro Colin (PFL-SC) pretende a eleição para 6 de setembro de 1986 e a instalação em 1º de fevereiro de 1987.

Também antecipa a eleição o Deputado Floriceno Paixão, para o dia 26 de maio de 1986, com instalação em 1º de julho do mesmo ano. Leonelli mantém a data da eleição fixada pelo Governo, mas prevê o

início dos trabalhos da Assembléia em 15 de janeiro de 1987.

Já Marcelo Linhares (PDS-CE) transfere a instalação da Constituinte para o dia 3 de fevereiro de 1987.

A proposta de plebiscito também tem muitos adeptos. Além do Deputado Jorge Arbage (PDS-PA), que tem emenda anexada à do Governo tratando de um plebiscito sobre a Constituinte, mais quatro deputados propõem a consulta ao povo. Leur Lomanto (PDS-BA) quer um plebiscito sobre a adoção do regime parlamentarista de Governo, e Linhares sugere uma consulta popular sobre a duração do mandato do Presidente da República, a organização do Legislativo em uma ou duas Câmaras, e o tipo de regime preferido — se presidencial ou parlamentar.

Floriceno Paixão propõe que a Constituição seja promulgada pelo referendo popular, e, caso o texto não seja aprovado, deseja que a Constituinte volte a se reunir para elaborar nova Carta. Já Hermes Zanetti (PMDB-RS) quer que sejam submetidas a um plebiscito as questões que, rejeitadas na Constituinte, tenham recebido o voto a favor de, no mínimo, uma terça parte dos membros da Assembléia.

Datas de eleição e instalação, escolha do Presidente, as propostas são as mais variadas

O quorum para a votação do projeto constitucional é outro tema que interessa aos parlamentares. Zanetti propõe que o texto seja aprovado após dois turnos de votação, pela maioria absoluta dos membros da Constituinte, o que é igualmente defendido por Floriceno. Já Linhares sugere votação em turno único, considerando-se aprovadas as proposições quando obtiverem a maioria absoluta, e Leonelli formula em sua emenda a idéia de aprovação, em dois turnos, pela maioria da Assembléia.

A Presidência da sessão de instalação da Constituinte deverá ser, conforme pretendem Floriceno e Marchezan, entregue ao parlamentar mais idoso. Linhares a quer conferida ao Congressista com maior número de mandatos federais. Leonelli propõe que a sessão seja presidida pelo Presidente do Congresso, e Djalma Bom pelo Presidente do Tribunal Superior Eleitoral.

A representação proporcional é defendida por Bom, Marchezan, Floriceno e Alberto Goldmann (PMDB-SP). Este último não obteve as assinaturas necessárias para formalizar a emenda, e a encaminhou informalmente ao relator da Comissão Mista, deputado Flávio Bierrenbach (PMDB-SP).

ANC 88
Pasta 08/85
069/1985